

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS-IFTO

Vitória Caroline Rodrigues Pereira¹, Lucivania Pereira Gloria²,

¹Estudante do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: <vitoria.pereira2@estudante.ifto.edu.br>

²Docente do Curso Superior de Tecnologia em Logística – IFTO. e-mail: <lucivania.gloria@ifto.edu.br>

1 INTRODUÇÃO

A Educação ambiental tem recebido crescente destaque na atualidade, em resposta aos significativos avanços na degradação ambiental global. Esse enfoque é crucial, pois busca conscientizar e mobilizar a sociedade para práticas sustentáveis, promovendo uma relação mais harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente. Através da educação ambiental, é possível fomentar uma cultura de responsabilidade ecológica, essencial para mitigar os impactos negativos e garantir a preservação dos recursos naturais. Nesse contexto, é fundamental inserir a educação ambiental no ambiente educacional de forma crítica e qualitativa. Isso pode ser alcançado através de sua inclusão no currículo dos cursos ofertados nas instituições de ensino, contribuindo para disseminar a importância da educação ambiental entre os educandos e incentivando-os a construir uma relação mais sustentável com o ambiente em que vivemos (Brasil, 1999; Junior e Moreira, 2019).

Diante das demandas legais que determinam a inclusão de discussões ambientais de forma clara e objetiva, e das críticas quanto à insuficiente abordagem do tema nos currículos escolares, formula-se a seguinte questão: como a educação ambiental está sendo contemplada nos Projetos Político-Pedagógicos (PPCs) dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO)? A relevância deste estudo reside na importância da inserção da educação ambiental na formação docente, sendo essencial verificar se as instituições de ensino têm incorporado esse conteúdo nos PPCs de seus cursos de Licenciatura, em consonância com o que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

2 OBJETIVO

O presente estudo tem como objetivo analisar a inserção da temática ambiental nos Projetos Pedagógicos (PPC) dos cursos de licenciaturas do IFTO.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para tanto, a metodologia fundamenta-se em pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa documental iniciou-se com levantamento dos Cursos de Licenciaturas ofertadas pelo IFTO, bem como a leitura e análise dos programas das disciplinas nos PPCs, para identificar em que perspectivas tem sido abordada a temática ambiental. Para o tratamento dos dados coletados, foi adotada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a qual se desenvolve em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O IFTO foi criado pela Lei nº 11.892/2008, a partir da integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins. É uma instituição pluricurricular e multicampi, com 12 unidades, incluindo a Reitoria. Oferece educação básica, profissional e superior, com foco em qualidade e desenvolvimento tecnológico. No ensino superior, disponibiliza 13 cursos de licenciaturas para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Esses cursos estão distribuídos entre sete campi localizados em diferentes municípios do Tocantins (IFTO, 2024).

Nos cursos de licenciatura presencial do IFTO, a temática ambiental, na maioria dos casos, abordada de forma transversal. Em Ciências Biológicas do Campus Araguatins, destaca-se em especial nas disciplinas Política Ambiental e Sustentabilidade, Ecologia I, Instrumentação para o Ensino de Ciências e Instrumentação para o Ensino de Biologia. No curso de Computação, o tema é tratado transversalmente em disciplinas como Informática e Sociedade, Empreendedorismo, Governança de TI, Robótica, Processamento de Imagens e Gestão Educacional (IFTO, 2024). No curso de licenciatura em computação no campus de Colina do Tocantins, a temática ambiental está presente no componente curricular de Ética, Novas tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (NTDICS) e Educação e Sociedade sendo um dos temas transversais. No curso de licenciatura em computação do Campus Dianópolis, aborda educação ambiental como temas transversais nas disciplinas Fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos da Educação, Política e Legislação da Educação Profissional e Superior, Educação Inclusiva e Fundamentos de Libras (IFTO, 2024).

No campus de Porto Nacional no curso de licenciatura em computação a abordagem sobre temática ambiental está nas disciplinas Fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos da Educação, Arquitetura de Computadores e Hardware Educativo, Educação e Tecnologia, Educação em Direitos Humanos, Tópicos Especiais em Educação e Educação disruptiva. No curso de pedagogia a temática é abordada nos componentes curriculares: Ética Aplicada à Educação, Hardware Educacional; Fundamentos e Metodologias do Ensino das Ciências da Natureza e trabalhada transversalmente nos componentes de: Fundamentos e Metodologias e nas disciplinas da educação infantil, quando explorar o campo de experiência: espaços, tempo, quantidades, relações e transformações (IFTO, 2024). No campus Palmas, o curso de Licenciatura em Educação Física, a temática ambiental é abordada de forma transversal nas disciplinas de Educação Física Escolar e Meio Ambiente; Sociologia da Educação; Lazer e Educação Física e de forma Educação Física Escolar e Meio Ambiente; Sociologia da Educação; Lazer e Educação Física. No curso de Física, a disciplina Energia e Meio Ambiente busca preparar o futuro docente para tratar o tema de maneira transversal, conforme preconizam a Lei n.º 9.075/1999 (Brasil, 1999) alterada pela lei nº14.926 (Brasil, 2024), sendo também contemplado em Educação em Direitos Humanos e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. No curso de Letras, a abordagem ocorre na disciplina sociologia

da educação. Já no curso de Matemática, a temática ambiental é trabalhada em especial em especial nas disciplinas Sociologia da Educação, Educação Matemática I e Seminários de Temas e Problemas do Ensino Superior (IFTO, 2024).

No Campus Paraíso do Tocantins, o PPC do curso de Licenciatura em matemática a educação ambiental e abordada de forma transversal, especialmente nas disciplinas Filosofia da Educação, Metodologia do Ensino de Matemática e Educação, Sociedade e Cultura. Já no curso de Química, a temática ambiental também é tratada de forma transversal, com destaque para as disciplinas Química Ambiental, Gestão, Políticas Educacionais e Organização da Educação Brasileira e Fundamentos Filosóficos e Sociológicos da Educação (IFTO, 2024). No campus Gurupi há o curso de Licenciatura em Teatro, com a temática ambiental trabalhada de forma transversal em especial nas disciplinas Cenografia, Indumentária, Máscaras I, Máscaras II, Confecção de Figurino e Adereços, Políticas públicas para educação e Teatro Esporte consta educação ambiental na sua ementa (IFTO, 2024).

A análise dos PPCs dos treze cursos de licenciatura do IFTO revela que apenas Ciências Biológicas possui disciplina específica com temática ambiental, além de abordá-la de forma transversal. Nos demais, o tema aparece apenas transversalmente em algumas unidades curriculares. Segundo Oliveira (2007), a abordagem transversal exige reorganização institucional e formação docente. Entretanto, a maioria das instituições não desenvolve projetos educativos sobre o tema. Isso compromete as condições para um trabalho integrado dos docentes na área ambiental. Observa-se que, em alguns cursos, a quantidade de disciplinas que contemplam a temática ambiental é bastante limitada, como no curso de Computação do Campus Colinas do Tocantins, em que o assunto é abordado apenas nas disciplinas Ética e Novas Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação e Educação e Sociedade, e no curso de Matemática do Campus Paraíso do Tocantins, restrito à disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Esse cenário pode indicar desconhecimento da legislação referente à PNEA ou, ainda, a falta de compreensão sobre a relevância do tema para a formação dos futuros docentes.

Para Dinardi e Araújo (2017), a temática ambiental não recebe a devida atenção no ensino superior, especialmente nos cursos de licenciatura. A ausência dessa abordagem nos currículos é perceptível já na elaboração dos PPCs, o que dificulta a promoção de discussões e reflexões sobre questões ambientais, fundamentais para a formação cidadã. A Educação Ambiental é essencial na formação docente, devendo preparar os futuros docentes para trabalhar o tema de forma transversal. No entanto, a presença da dimensão ambiental ainda é bastante incipiente nos cursos de licenciatura, e uma das possíveis razões para isso é a falta de compreensão acerca da PNEA (Lopes e De Senzi Zancul, 2012). A falta de discussão e reflexão abrangente sobre a temática ambiental nas licenciaturas resulta em uma formação deficiente e, por que não dizer, insegurança para os futuros docentes quando precisarem atuar e desenvolver projetos e debates na área ambiental (Farias e Dinardi, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as estruturas dos PPCs dos cursos de licenciatura ofertados pelo IFTO, observa-se que todos contemplam disciplinas relacionadas à temática ambiental, incorporando-a como tema transversal nas ementas, em conformidade com a PNEA. No entanto, essa abordagem ainda é insuficiente em alguns cursos, como na Licenciatura em Computação do Campus Colinas do Tocantins, onde o tema aparece apenas nas disciplinas Ética, NTDICs e Educação e Sociedade, e na Licenciatura em Matemática do Campus Paraíso do Tocantins, restrita à disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. Conclui-se, portanto, que o IFTO, ao ofertar cursos de licenciatura, precisa se adequar plenamente à legislação referente à temática ambiental. Os dados apresentados contribuem para a reflexão sobre a importância de um estudo sistematizado das questões ambientais na formação de futuros docentes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Dispõe sobre a educação ambiental. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jul. 2024.

DINARDI, A. J.; ARAÚJO, S. C. Inserção da temática ambiental nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa-Uruguaiana/RS. *Debates em Educação*, Maceió, v. 9, n. 17, jan./abr. 2017.

FARIAS, N. R.; DINARDI, A. J. A temática ambiental nos cursos de licenciatura da Universidade Federal do Pampa. *Revista Educação Ambiental em Ação*, v. 17, n. 64, jun./ago. 2023.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. *Cursos de Licenciatura*, 2024. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br/cursos/cursos-graduacao/licenciatura>. Acesso em: 10 dez. 2024.

JUNIOR, E. J. H.; MOREIRA, A. L. O. R. A educação ambiental nas licenciaturas: uma análise curricular em uma instituição de ensino superior pública do Paraná. *Revista de Educação Ambiental*, v. 24, n. 2, p. 437-456, 2019.

LOPES, T. M.; ZANCUL, M. C. S. A temática ambiental no curso de Pedagogia de uma universidade pública paulista. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 7, p. 154-166, 2012.

OLIVEIRA, H. T. Educação ambiental – ser ou não ser uma disciplina: essa é a questão? In: BRASIL. Ministério da Educação. *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Coordenação: Soraia S. M.; Raquel T. Brasília: MEC/CGEA; MMA/DEA; UNESCO, 2007.